

POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS PARA O SÉCULO XXI: DESAFIOS E PROPOSTAS

Sabrina Souza da Silva
Doutora pelo PPGA/ UFF e Pesquisadora Associada do INCT/INEAC/UFF
ssouzadasilva@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo dar um primeiro panorama sobre uma pesquisa empírica, qualitativa, realizada nos moldes etnográficos sobre os pressupostos, os modos de financiamento, os saberes, as rotinas, as experiências e os efeitos das políticas de inclusão constituídas no Brasil. Especificamente, a discussão volta-se para os projetos empreendidos na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São José de Ubá, uma associação civil, filantrópica, de caráter cultural e educacional, e suas formas de operacionalizar seus projetos. A pesquisa é resultado de um trabalho prático com “participação observante” e visa discutir os conceitos de Estado, política, inclusão e tecnologias sociais voltadas para cidadania de portadores de deficiências ou com transtornos globais. Tais preceitos pretendem pôr luz a ideias de políticas de financiamento para inclusão e os conceitos de educação universal que vem permeando as políticas públicas educacionais no país e os impactos locais dessas perspectivas.

Palavras-Chave: inclusão. tecnologias sociais. política.

Introdução

Pensar sobre educação no século XXI, para diferentes gerações, mais do que um título para um congresso, mostra-se como um desafio lançado a todos que se propuseram a participar dessa empreitada. Até quase o final do século XX, quando falávamos de Século XXI, pensávamos como uma metáfora futurista e imprevisível, porém cheia de esperanças e planos. Quando o prometido futuro tornou-se presente e alguns dos problemas dos séculos anteriores se dissolveram, percebemos que muitos se mantiveram, alguns se ampliaram e novos problemas surgiram. Nesse contexto, fomos obrigados a pensar, de forma criativa. em novos desafios e, por

esse motivo, ainda estamos buscando projetos educacionais que se encaixam em nossas expectativas .

No Brasil, foi só no apagar das luzes do século passado, na década de 1980, que algumas conquistas previstas em um plano ideal para a Educação, desde o século XIX, foram alcançadas. Entre essas conquistas, a educação básica e universal, garantida na Constituição de 1988 como um direito social e uma obrigação do Estado e da Família, e a Lei Nº 7.853/89 que dispõe sobre apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua inovadora integração social. Desde então, com o estatuto da criança e dos adolescentes (Lei nº 8.069/90), a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) , a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9.394/1996), entre diversas outras normativas, até chegarmos em 2008 ao estabelecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), o país vem engatinhando para garantir, na prática, os direitos de portadores de deficiência ou com transtornos globais de desenvolvimento através de educação inclusiva e de maneira universal.

É nesse contexto que a presente proposta de trabalho se inscreve. Nosso objetivo é problematizar como se dá o processo educacional de beneficiários de uma Associação de Pais e Amigos do Excepcionais - APAE de São José de Ubá¹ e os desafios de garantir qualidade de vida, inclusão social e cidadania para os beneficiários dos programas da instituição. Nosso foco será como se desenham as relações da APAE com entidades do Estado para garantia dos direitos dos beneficiários da instituição.

Metodologia

O presente trabalho tem por objetivo dar um primeiro panorama sobre uma pesquisa empírica, qualitativa, realizada nos moldes etnográficos sobre os pressupostos, os modos de financiamento, os saberes, as rotinas, as experiências e os efeitos das políticas de inclusão constituídas no Brasil. Voltamos nosso olhar, especificamente,

¹ A APAE de São José de Ubá é uma das mais de duas mil APAE's espalhadas pelo território brasileiro. A Associação de Pais e Amigos é uma entidade de sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional.

para uma associação civil, filantrópica, de caráter cultural e educacional e suas formas de operacionalizar seus projetos. Como o trabalho tem um viés etnográfico, destaco que em muitos momentos utilizarei a primeira pessoa para realizar relatos e trazer problemas que de outra forma mostram-se difíceis de descrever.

Cabe destacar que esse trabalho de pesquisa não tem a pretensão de parecer isento, mas trazer perspectivas de agentes que participam ativamente do processo de manutenção da instituição observada. Por esse motivo, não trazemos o olhar de um observador neutro e distanciado das questões levantadas, até porque a neutralidade almejada por alguns não existe em nenhum trabalho acadêmico.

Minhas observações iniciaram-se quando fui convidada por uma prima, presidente da instituição, por minha expertise na elaboração de projetos, a ajudar na elaboração de uma proposta de intervenção, solicitando financiamento a partir de um edital público da Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ. Apesar de projeto de intervenção não ser minha área, pois tenho um perfil acadêmico, acabei aceitando o desafio, de forma voluntária, para colaborar com os técnicos da instituição na difícil tarefa de escrever um projeto de mudanças de tecnologias sociais. Seguiu-se a isso uma pesquisa bibliográfica para me familiarizar com o assunto, e um trabalho em conjunto meu, da pedagoga, do contador, de duas técnicas e da presidente da instituição para conseguirmos colocar no papel aquilo que tínhamos como plano inicial. Depois de um pouco mais de um mês, o projeto foi contemplado e a APAE aguarda o recebimento da verba para implementação da proposta de acordo com o edital.

Cabe destacar que, em uma cidade pequena, minha presença naquele espaço era sempre questionada, ainda mais em um momento de crise financeira. Queriam saber se eu iria trabalhar ali e se meu interesse era meramente com fins financeiros particulares. Por isso, em muitos momentos eu mesma questionava minha competência para trabalhar com aquelas questões, já que os meus questionamentos acadêmicos sempre foram por outros assuntos, principalmente questões relacionadas à segurança pública. No entanto, acabei compreendendo que sempre pensei o Estado, por isso conseguiria fazer o que me foi proposto. Assim, com questionamentos descritos acima, que parecem existenciais, em um

primeiro olhar, mas são teóricos, procuro discutir nesse trabalho como fui interpretando, a luz de uma bibliografia antropológica sobre políticas públicas e noções de Estado, o surgimento de práticas de implementação de “tecnologias sociais” para inclusão e mudanças de economias morais naquele espaço. Busco também trazer a luz os desafios e discursos nativos daqueles que planejam implementar tais políticas dentro de uma instituição civil para fins públicos.

Ao problematizar políticas de inclusão, tenho como suposição de que as categorias são sempre etnográficas, assim, utilizo os termos política, no sentido utilizado por Foucault (2001), inclusão e tecnologias sociais como categorias analíticas, mas também como resultado do próprio jogo de alteridades que compõe uma pesquisa de campo e um trabalho interdisciplinar. Busco contrastar os diferentes pontos de vista e contribuir na construção de conceitos que não sejam essencialistas e naturalizados. Assim, nesse jogo entre categorias analíticas e nativas, vou tentando produzir análises, sempre, na medida do possível, contextualizadas.

Cabe destacar que também realizei pesquisa sobre leis e normas pertinentes ao tema. Por fim, trouxe informações de cunho quantitativos do município, encontradas no Atlas de desenvolvimento Humano do Brasil, que utilizou os dados do último censo demográfico, e cruzei esses dados com o conhecimento nativo sobre a cidade.

A APAE e o desenvolvimento local

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São José de Ubá, foi fundada em 16 de maio de 2007, é uma associação civil, beneficente, sem fins lucrativos, com predominância em Assistência Social, Educação e Saúde, com duração indeterminada. Proporciona atendimento especializado e gratuito a pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla atuando na promoção de inclusão, proteção e defesa de direitos da pessoa com deficiência e de apoio e orientação a sua família e da comunidade.

Oferece à pessoa com deficiência proteção social especial de média e alta complexidade, através de condições propícias para o desenvolvimento do seu potencial, proporcionando sua participação no convívio social, bem como programas

educacionais e terapêuticos especializados, respeitando as necessidades e possibilidades de cada um, visando maior participação e realização pessoal. A escola da instituição chama-se Encantu's e procura trazer uma educação inclusiva e inovadora. Atualmente, a escola conta com 8 professoras, uma pedagoga e uma diretora. Toda instituição está assistida com 29 profissionais (entre médicos, fisioterapeuta, técnicos administrativos, motoristas e outros).

A instituição está localizada na cidade de São José de Ubá, cidade com aproximadamente 7003 habitantes, segundo o último censo. O PIB do município é de R\$23.620,43, estando na 32ª colocação entre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Dos contribuintes da previdência social, 52,3% declaram residir na Zona Rural e 47,7% na pequena Zona Urbana da cidade.

A APAE localiza-se no centro da cidade, um local de fácil acessibilidade. Dos seus beneficiários, 75% são moradores da área rural do município e 25% na área urbana, um número desproporcional se pensarmos que a divisão entre moradores da área rural e urbana são, praticamente, 50% por 50%.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de São José de Ubá era 0,652, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,798, seguida de renda, com índice de 0,633, e de Educação, com índice de 0,548.

As principais fontes de renda do município são a pecuária e a produção de tomates, pepinos e pimentão. No entanto, a dependência econômica agrícola vem acompanhada de um problema: o maciço uso de agrotóxicos para a manutenção das culturas citadas.

No cenário descrito, um grupo de profissionais da APAE começou a proposta inovadora de realizar o ensino de horticultura orgânica de algumas hortaliças e construir uma cozinha escola dentro da área da APAE como atividade complementar a formação dos alunos. Em um primeiro momento, essa ideia foi bancada com os recursos que a instituição já contava e a força de vontade dos profissionais de levar o projeto a frente, porém, com o crescimento da demanda,

ficou impraticável manter tais projetos sem a contratação de mais profissionais especializados.

Com essa perspectiva, pessoas engajadas com a instituição buscaram ampliar o projeto concorrendo a um edital público, já citado, no qual foram contemplados. Além da implementação de uma horta orgânica e de uma cozinha escola, também constaram no projeto oficinas de informática e artesanato, complementos necessários para atender aos diferentes interesses dos alunos da APAE da cidade.

Noções de Estado, financiamentos públicos e construção de novas tecnologias sociais

Como chama a atenção Schuch (2018, 11), “a produção e implementação de políticas públicas é uma atividade sociocultural por excelência, profundamente imersa em processos sociais cotidianos e nos mundos de sentido dos agentes envolvidos, os quais têm posições e disposições variadas” . Após 30 anos de políticas que se pretendem inclusivas no Brasil, os sentidos, os mecanismos, as formas de ação, seus efeitos na vida social e política são variados. Assim, a APAE, mesmo sendo uma instituição civil, insere-se como mecanismo de políticas públicas amplamente dependente do dinheiro do Estado para se manter e manter suas ideias e ideais.

No contexto descrito, boa parte do cotidiano e dos projetos excepcionais são financiados por órgãos ligados ao poder executivo do Estado do Rio de Janeiro e do Município de São José de Ubá, além da arrecadação com festas e bingos, que vem mostrando-se como uma saída para as crises pelas quais passam o Estado e o país. No entanto, essas formas de financiamento não estão garantindo a continuidade dos projetos e todo o tempo nos perguntamos como trazer uma tecnologia social, pensando também em uma inovação em economias morais (como a diminuição do uso de agrotóxico no município) sem sabermos da continuidade do projeto proposto? Pensar em lógicas estatais e públicas (no sentido de para todos) acaba sendo o caminho que decidimos seguir para nos mantermos motivados na busca de alternativas para uma educação inovadora no século XXI.

Assim, as mudanças só puderam ser pensadas em um contexto em que os alunos eram incluídos na vida política a partir da sua exclusão, mantendo assim uma lógica tutelar do Estado. O corpo, o intelecto e o futuro do aluno tornaram-se objeto de valores, como todas essas perspectivas na APAE são destoantes, muitas vezes consideradas anormais, gestores de políticas públicas e financiadores de projetos veem sentido em experimentações educacionais, já que esses alunos não são considerados normatizáveis, assim as inovações são necessárias para a inclusão, que deverá ser diferenciada para ser includente.

Os objetos dos editais me lembravam muito os discursos dos editais de segurança pública utilizados para fins educacionais, o direito a uma educação diversa, com opções variadas para todos, nunca foi o foco e, sim, existiam para tirar do crime jovens “anormais”, nesse caso a anormalidade tinha uma outra vertente e era permeada por outros preconceitos. O discurso do direitos para todos nunca foi uma alternativa para pensar educação naqueles espaços.

Em ambos os contextos sempre ficou uma pergunta que repetidamente vem a minha cabeça: qual é o lugar da educação universal nos financiamentos públicos do século XXI? Esse lugar tem uma perspectiva cidadã, como a proposta por Marshall (2002) no século XIX, em que educação fosse um dos primeiros direitos garantidos para que todos tivessem oportunidades iguais no mercado de trabalho? Por fim, a perspectiva de uma educação universal não exclui a inovação e, por outro lado, a inovação não excluiria a educação universal, pois não existe um leque de opções possíveis para gestores? Quais são os critérios de financiamento público e continuado para projetos que tragam inovação?

Considerações Finais

Gostaria de chamar a atenção que este é apenas um trabalho inicial com questões que desafiaram minha criatividade e achei que também desafiaria outros profissionais que se propõem a pensar educação no século 21. Por isso, procuro aqui trazer mais perguntas que respostas, mas levantamento de possibilidades de pesquisa do que uma pesquisa fechada.

Busco, assim, tomar os termos política, inclusão e tecnologias sociais como polissêmicos, utilizados no seu sentido positivado nas políticas de intervenção social e deveras imprecisos na análise acadêmica. Questionar a da relação APAE com os financiamentos públicos, e como ocorre o processo de inclusão e inscrição de determinados sujeitos e populações como alvos de políticas públicas, é realizado não para deslegitimar as demandas da instituição, mas para pensar em desafios educacionais no nosso século de maneira global para o desenvolvimento local. Assim, quem são esses outros com quem estamos preocupados? Será que eles se encaixam na categoria de “anormais”, que não passa de construção hierárquica de poder, segundo Michel Foucault (2001)? Será que poderemos usar essa categoria no Brasil, visto que não conseguimos nem mesmo entrar em um processo educacional que normaliza ou que seja civilizador, nos termos de Norbert Elias (1994)?

Por outro lado, ter a oportunidade de realizar projetos inovadores na área educacional em uma instituição como Apae, que tem como beneficiários aqueles com dificuldade no ensino formal, talvez seja uma oportunidade não apenas de trabalharmos a diversidade, mas também de trazer inovações sociais para um dos principais problemas da região: o uso indiscriminado de agrotóxico? Essas perguntas vem motivando minhas construções teóricas desde o momento em que fui convidada a colaborar no projeto. No entanto, acompanhar o projeto para a partir daí calcular seus impactos e limitações é essencial para o desenvolvimento de reflexões mais consistentes sobre o assunto.

Referências

- CARNIEL, Fagner. Agenciar palavras, fabricar sujeitos: sentidos da educação inclusiva no Paraná. In: Horizontes Antropológicos, 50/2018. P. 83-116. Jan/jun de 2018.
- ELIAS, N. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

Foucault, Michel. Os anormais : curso no College de France (1974-1975) | Michel Foucault : Tradução Eduardo Brandão. - São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARSHALL, T. H. Cidadania e Classe Social [Ed. atual trad. e rev. Por EaD/CEE/MCT], 2. ed. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

SCHUCH, Patrícia; VÍCTORA, Ceres G.; BATISTA DA SILVA, Sérgio. As políticas de inclusão como problemática de engajamento antropológico. In: Horizontes Antropológicos , 50/2018. P. 1-19. Jan/jun de 2018.

Códigos e Leis

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.